

Transformações no mundo do trabalho e seus significados: Como orientar em tempos de crise?

FABIANA SOARES FERNANDES

CARLOS GONÇALVES

*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
Universidade do Porto*

O Trabalho e mudanças de significado

O trabalho faz parte da vida do ser humano desde o início dos tempos. Já a narrativa bíblica (Gen, 2-3), na continuação dos mitos de origem¹, afirmava que os humanos primordiais foram criados por Deus para o trabalho, fenómeno estruturante e inelutável do existir humano, como fonte de realização humana. Apesar da árduo e penoso, é fonte de subsistência e de colaboração activa do homem com Deus para a transformação e recriação do mundo (Vaz, 2011). Contudo, ao longo dos séculos, as formas de perceber e dar sentido ao trabalho vem se modificando (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2007; Gonçalves, 2008; Lassance & Sparta, 2003; Ribeiro & Léda, 2004).

O trabalho estabelece uma relação do homem com a natureza capacitando-o a intervir, controlar e modificar a natureza, e “ao modificá-la, transforma, ao mesmo

1 Nos mitos sumérios-babilónicos, o trabalho humano surgia como traço de união com os deuses: o homem trabalhador era concebido como sucedâneo das actividades que eles exerciam. Assim, a criação da humanidade aparecia com o nobre fim de retirar o trabalho árduo dos ombros dos deuses e o trabalho era sentido como forma de realizar a existência dos humanos (Vaz, 2010, p.280).

tempo, a sua própria natureza” (Marx, 1996, p.297). É no trabalho, e através dele que o homem se constitui enquanto ser humano e se diferencia dos demais seres vivos, ao mesmo tempo que satisfaz suas necessidades, recria novas, complexificando assim o seu existir (Magalhães & Silva, 2010).

Segundo Ribeiro e Léda (2004) o trabalho foi visto, durante muito tempo, de uma forma negativa. Recordam que já na Grécia antiga o trabalho era desprezado pelos cidadãos, ou seja, era realizado apenas pelos servos, os cidadãos livres dedicavam-se à fruição do lazer pela arte e pelo saber. Ao longo da tradição judaico-cristã, o trabalho foi percebido, durante séculos, como um fardo árduo e penoso, como necessário à negação do ócio, e como forma de punição divina, consequência da primitiva transgressão dos humanos primordiais (Vaz, 2011). A visão sobre o trabalho irá transformar-se progressivamente a partir do Renascimento, quando o trabalho passará então a ser visto como uma forma de construção da identidade do homem e de sua realização.

As autoras ressaltam que ao pensarmos em trabalho não podemos deixar de considerar o contexto histórico, uma vez que, para além de toda a subjetividade que o envolve, ele está inserido em um determinado momento político, económico e cultural, que modifica a maneira dos indivíduos vivenciarem e perceberem esse trabalho. Sintetizam a ideia de termos duas perspectivas sobre o trabalho, uma negativa (castigo, punição, fardo) e uma positiva (espaço de criação, realização pessoal, marca identitária). O máximo da visão positiva teria ocorrido na época da produção artesanal, quando o trabalhador acompanhava e interferia em todas as etapas do processo e o produto final deixando nele a sua marca, a sua identidade. Com a Revolução Industrial o trabalhador perde a emoção da construção ao participar de apenas numa parte do processo sem poder imprimir-lhe a sua marca pessoal. O trabalho, antes criativo e livre (artesão tinha tempo para criar, sem submeter-se a horas exata para iniciar ou concluir sua obra), passa a ser repetitivo, com hora marcada para ingressar e sair das fábricas.

No início da década de 70, com a crise do capitalismo, o modelo fordista utilizado até então, começa a perder sua força. Esse modelo, na perspectiva de Antunes (1995), foi a maneira pela qual a indústria e as relações de trabalho se consolidaram, por meio do controle dos tempos pelo cronometro fordista e produção em série taylorista. Na década de 80² o modelo japonês, também conhecido como toyotista, no qual

2 Conforme esclarece Cruz (2010), essas mudanças chegaram no Brasil com um pouco de atraso, tendo sua eclosão a partir do governo Collor (1990-1992), quando os empresários se viram então, diante da necessidade de se adequarem às mudanças para manterem-se competitivos. Ao contrário do modelo anterior (fordista/taylorista), o novo modelo “requer a participação não apenas dos braços, mas também do cérebro do trabalhador, que passa a ter mais participação no ambiente de trabalho(...), opinando e sugerindo alterações para melhorar a produtividade” (p.5). Na educação integrou as modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996.

a palavra de ordem é flexibilidade, consagrou-se. Muitas empresas dividiram-se em pequenos grupos por todo o mundo, terceirizando muito da mão de obra e também realizando subcontratações. A produção em larga escala é transferida assim para os países periféricos ficando nos países centrais o “serviço mental”, ou seja, as pesquisas, gestão, o desenvolvimento de novos produtos, etc. (Arruda, 2010). A adoção de novas tecnologias permitiu às indústrias reduzirem o número de trabalhadores sem afetar a produtividade (Arruda, 2010; Matos, 2003).

Castells (1999) afirma que essas mudanças ficaram também conhecidas como a Terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnológica da Informação, uma vez que centraram-se nas tecnologias da informação. Essa revolução determinou alterações importantes nas relações de trabalho como a intensificação do trabalho, incorporação das mulheres como força de trabalho barata, os contratos de trabalho tornaram-se precários, a remuneração diminuiu e surgiu o desemprego (Arruda, 2010; Diogo e Coutinho, 2006; Heloani & Capitão, 2003; Mattos, 2003; Castells, 1999). Os empregos permanentes (*life-long-jobs* – empregos que perduravam quase a vida toda do trabalhador) desapareceram e deram lugar à instabilidade e à precarização do trabalho. O desempregado não vê perspectiva de voltar ao trabalho e quem está empregado teme tornar-se desempregado (Ribeiro & Léda, 2004; Toni, 2003). Para Heloani e Capitão (2003) este contexto “fere o psiquismo humano, fazendo com que as pessoas se sintam se mais inseguras; o sentimento de impotência e de desvalorização, que leva as pessoas pouco resistentes a degenera-se rapidamente, avilta de si qualquer potencial humano que pudesse ser mais-valia às conquistas da civilização” (p.103)

Assim, saímos de uma perspectiva pejorativa do trabalho para percebê-lo como atividade natural promotora do desenvolvimento do ser humano. Na sequencia dessas modificações na percepção do trabalho, este chega ao extremo de ser considerado uma mercadoria, “uma atividade imposta pela sociedade, significando exclusivamente um gasto de energia física e mental e acarretando, dentre outras conseqüências, as diversas doenças de que hoje temos notícias” (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2007, p. 107). Para Barreto e Aiello-Vaisberg (2007), entre os extremos do trabalho como sinônimo de saúde ou como sinônimo de doença, temos inúmeras possibilidades de dar significado ao trabalho na sociedade atual.

O perfil do novo trabalhador nas sociedades contemporâneas

A força de trabalho no novo contexto exige a qualificação cada vez maior dos trabalhadores, por mais simples que seja a tarefa a executar. O novo trabalhador precisa ser mais dinâmico, deve ser capaz de trabalhar em equipe, de tomar decisões rápidas, ter o pensamento abstrato mais desenvolvido uma vez que já não realiza apenas o tra-

balho mecanizado, automatizado. Espera-se que o trabalhador seja capaz de solucionar e diagnosticar problemas e saber lidar com as constantes mudanças organizacionais; ou seja, um perfil muito mais eclético, completamente diferente do que era exigido na produção fordista. O trabalhador atual precisa ainda estar disposto a investir em sua constante educação/ formação e atualização profissional a fim de se manter competitivo.

Arruda (2010) destaca que essa modificação na produção e nas relações de trabalho implicam também uma nova classificação funcional, conforme expõe Reich (1994). Segundo a autora, propõe-se que a categorial funcional seja dividida em três grupos a saber: serviços rotineiros de produção, serviços pessoais e serviços simbólicos. Os analistas simbólicos seriam o “novo trabalhador” exigido pela nova forma de produção. Segundo Reich (1994), são profissionais com elevados níveis acadêmicos (graduados e pós graduados) que representam a empresa à qual se vinculam. Sua formação inicial não determina seu campo profissional (dai a proposta de Tedesco para a educação que será explicitada na sequencia), pois a sua maior contribuição é no campo cognitivo, o acervo que ele possui e pode fornecer à empresa para mantê-la competitiva.

Surge nesse contexto, a Teoria do Capital Intelectual (TCI) em substituição à Teoria do Capital Humano (TCH). A TCI refere-se ao conhecimento, aquilo que não é tangível, mesurável, descritível por palavras, enfim, é algo individual e dinâmico. Cruz (2010) afirma que o conhecimento substitui alguns recursos tradicionais de produção e que “o futuro pertence às pessoas que detêm conhecimento” (p.15)

Fazemos uso das palavras de Nonaka e Takeuchi (1997) que descreveram com muita clareza essa postura adotada, a partir da Revolução Tecnológica da Informação:

“Numa economia onde a única certeza é a incerteza, apenas o conhecimento é fonte segura de vantagem competitiva. Quando os mercados mudam, as tecnologias proliferam, os concorrentes se multiplicam e os produtos se tornam quase obsoletos da noite para o dia, as empresas de sucessão são aquelas que, de forma consistente, criam novos conhecimentos, disseminam-os profusamente em toda a organização e rapidamente incorporam em novas tecnologias e produtos” (Nonaka & Takeuchi, 1997, p.28).

Arruda (2010) explica que as empresas tem interesse em manter contratos de longo prazo com esses trabalhadores, desde que este se mantenha capaz de inovar e cumprir as metas da empresa. É simples perceber que esse tipo de contrato coloca essa carreira num patamar de instabilidade. Manter-se no mercado implica em ser capaz de se adaptar as mudanças e metas organizacionais.

Nesse sentido, podemos constatar que a cada dia as pessoas dedicam mais horas do seu tempo ao trabalho e/ou se qualificando para manter a empregabilidade. Entretanto, ao contrário do que poderia se esperar, essas horas não tem estreitado as relações sociais entre os trabalhadores. A amizade não se consolida, pois as ligações são passageiras e extremamente competitivas. Estabelecer vínculos seria correr o risco de duas perdas simultâneas, a do emprego e das amizades ali estabelecidas. “O que se

encontra são pessoas isoladas, esquizóides, que olham o colega como alguém não confiável, não apenas pelo fato do que o outro realmente é, muito mais, pelo que representa: sofrimento e dor” (Heloani & Capitão, 2003, p. 104). Méda (1999) não ignora o papel que o trabalho assumiu na vida das pessoas, mas não se espanta com esse fato, uma vez que acredita que o trabalho exerce a função social apenas como uma consequência porque “não foi inventado com o fim de reunir os indivíduos em torno da realização de uma obra comum” (Méda, 1999, p.174).

Tudo isto nos leva a perceber que cresce o número “de trabalhadores que não reconhecem a esfera profissional como um espaço de realização, de reconhecimento, de poder ser útil a sociedade” (Ribeiro & Léda, 2004, p.79). E isso acontece com uma grande parte da população que faz uso do trabalho apenas como fonte financeira, para suprir suas necessidades vitais, utilizando-o como ferramenta de acesso a bens materiais em detrimento inclusive da vida social e familiar. Estes indivíduos não encontram, portanto, nenhuma fonte de prazer no trabalho, uma vez que a satisfação profissional é um conceito multifacetado que resulta da percepção do indivíduo do trabalho como uma expressão do seu autoconceito, ou seja, “de que é possível, expressar os próprios valores, interesses e características personalidade” (Bardagi et al 2006, p.70). Heloani e Capitão (2003) complementam essa idéia ao constatarem que “as pessoas parecem não mais estarem preocupadas com o significado do seu trabalho ou com a oportunidade de vivência e troca coletiva (...). A verdadeira identificação com o trabalho parece viver de um objetivo que não chega a se concretizar: acumulação de aprendizagens, dinheiro, experiência, aumentar as páginas do currículo, em função do próximo processo seletivo, já que o trabalho atual será apenas momentâneo” (Heloani e Capitão, 2003, p.103).

É claro que esta instabilidade, a incerteza constante, a pouca lealdade entre os pares, etc. não é bem tolerada por todos os trabalhadores. Alguns suportam por um período maior estas pressões mas, ao longo do tempo, vai emergindo a vulnerabilidade psicológica dos indivíduos (Heloani & Capitão, 2003; Ribeiro & Léda, 2004). “As condições e as exigências do mercado de trabalho na atualidade rotinizam e amortecem o sentido da vida, deixando no corpo as marcas do sofrimento, que se manifestam nas mais variadas doenças ditas ocupacionais, além de atentar contra a saúde mental” (Heloani & Capitão, 2003, p. 107). Para evitar tais riscos seria necessário que os trabalhadores pudessem vislumbrar um futuro e realizar seus planos. Ter o trabalho integrado à vida permitiria dar sentido a ela e ao próprio trabalho. Mas, ao que parece vivenciamos uma retirada do valor positivo do trabalho, “vive-se num momento histórico de esvaziamento do significado do trabalho” (Ribeiro & Léda, 2004, p.81).

Apesar de todo o sofrimento gerado pelas mudanças no mundo do trabalho, Ribeiro e Léda (2004) afirmam que a sociedade continua a dar muita importância ao mesmo, “cultivando-o como algo essencial” (p.79). Isso acontece por que, segundo

Castel (1998) o trabalho relaciona-se com a contribuição do indivíduo para a sociedade, “é assim o ponto médio concreto sobre o qual se constroem direitos e deveres sociais, responsabilidades e reconhecimento, ao mesmo tempo que sujeições e coerções” (Castel, 1998, p.581).

Perante este cenário, Toni (2003) destaca que uma vez que o trabalho é central nas sociedades neo-capitalista, mudanças nessa forma de produção irão repercutir-se nas relações sociais e nas representações acerca do mesmo. Ressaltamos neste sentido, a chamada de atenção que nos faz Arruda (2010) para as novas percepções acerca do desemprego. Se antes o desempregado era discriminado como um indivíduo que não procurava ou não se adaptava ao emprego, neste novo contexto ele deixou de fazer parte de um grupo minoritário (a exceção) para ser parte da regra. A aceitação social do desemprego se dá “pela apresentação do desemprego como consequência da qualificação inadequada dos trabalhadores” (p. 02), ou seja, o problema agora é a inadequação do empregado, ou melhor, à sua falta de qualificação frente aos novos meios de produção.

Sobre essa transferência de responsabilidade, Mészáros (2002) afirma que essa postura além de atribuir ao indivíduo a responsabilidade única pelo seu desemprego ocasiona uma mudança de paradigma na meritocracia³ da sociedade capitalista. Se antes o reconhecimento e o vínculo a um trabalho se vinculavam ao mérito profissional agora atribui-se ao seu mérito acadêmico, ou seja, pela disposição do indivíduo em se educar e às competências individuais de empregabilidade como o empreendedorismo. O autor defende a idéia de que essa inversão ocorreu porque o mercado não é capaz de absorver toda a mão de obra disponível, a educação passou a ser então um caminho que permite, ou pelo menos cria a expectativa, de inclusão no mercado de trabalho e possível mobilidade social. O problema está no fato de a educação ser um investimento de longo prazo e que não garante o acesso a um emprego, uma vez que nem sempre há empregos para todos (Manfredi, 2000, in Graf e Diogo, 2009). O indivíduo precisa fazer as escolhas “corretas”, isto é, as mais adequadas, de forma a articular seus desejos com a demanda do mercado, a fim de conquistar a sonhada empregabilidade (Arruda, 2010; Graf & Diogo, 2009;). E como fazê-las?

Partindo do princípio que as primeiras escolhas⁴ se realizam no início do secundário, quando os alunos optam pelo ensino regular ou profissionalizante, e ao final do secundário, quando optam por frequentar um curso superior ou ir para o mercado de trabalho, precisamos direcionar nossos olhares para as escolas a fim de perceber como elas contribuem para apoiar os alunos na configuração de estas escolhas.

3 Meritocracia é o sistema no qual os mais dotados ou aptos são escolhidos e promovidos conforme seus progressos e conquistas; sistema onde o mérito pessoal determina a hierarquia.

4 Isso é exemplo do que acontece no Sistema Educacional Brasileiro.

A relação do trabalho com a formação num mundo em mudança

As modificações, explicitadas anteriormente, refletem-se incontornavelmente na educação; as discussões iniciaram-se e as propostas de mudança surgiram. Mas para compreendermos melhor como isso se processou, façamos uma retrospectiva no tempo a fim de perceber que a relação escola-trabalho não é nova, uma vez que a preparação dos indivíduos para o trabalho e para a vida em sociedade há muito está associada às instituições de ensino e formação. Essas instituições foram (ou será que ainda são?) responsáveis pela reprodução da ideologia das classes dominantes. Determinavam ao mesmo tempo as aspirações e o grau em que essas poderiam ser satisfeitas, permitindo assim a manutenção do *status quo* vigente, de forma que a longo tempo é possível perceber que “os indivíduos não esperam nada que não tenham obtido e não obtiveram nada que não tenham esperado” (Bourdieu & Passeron, s/d, p.277).

No que diz respeito ao Brasil, desde a época colonial, a forma como é visto o trabalho tem influenciado o nosso sistema educacional. De acordo com as transformações no perfil do emprego, surgem novas demandas à educação para o trabalho. Na época da colonial, por exemplo, a aprendizagem da agricultura, carpintaria ou sapataria não se dava em escolas formais tal como as conhecemos hoje, mas em oficinas, que utilizam as experiências de leigos europeus para ensinar aos homens livres, escravos ou índios como produzir diversos utensílios.

Durante o império, após o estabelecimento da Família Real Portuguesa, deram-se início as atividades industriais, o que promoveu a criação de oficinas específicas para preparar a mão de obra necessária à nova economia. Foi durante a Primeira República (1889-1930) que o sistema educacional e profissional ganharam um novo formato: foram criadas as verdadeiras escolas técnicas.

Gomes *et al* (2006), ao realizarem uma viagem pela história da educação brasileira abordam as mudanças acontecidas entre os anos de 1937-1945. O então presidente Getúlio Vargas (que governou o Brasil ininterruptamente de 1930 à 1945, e posteriormente de 1951 a 1954) produziu algumas leis que redesenharam os currículos educacionais. Dividiu o Ensino Médio em cinco ramos, sendo um deles o “secundário, dirigido ao exame vestibular para a educação superior”. Apesar destas leis já terem sido modificadas, é interessante destacar que já se fazia referência ao exame vestibular para acesso ao ensino superior, que hoje representa o grande dilema e drama do adolescente.

Avançando um pouco na história, chegamos ao ano de 1996 quando foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), vigente até hoje, que visava promover uma transição da escola para o mundo do trabalho em níveis de ensino que se elevam sucessivamente, de uma educação inicial/básica, passando para o ensino de nível técnico (ensino médio), o tecnológico (ensino superior) e pós-graduação.

Segundo Ferreti (1997) as mudançás iniciaram no ensino básico (Artigo 22)⁵ e em seguida voltaram-se para o ensino médio⁶ (Artigo 35)⁷ e profissional (Artigo 36, parágrafo 2º.)⁸, a fim de atender às novas exigencias ao trabalhador.

Destaca-se assim que ao longo da história, e do confronto entre as ideologias dominantes e os projetos de sociedade, surgiram na história da educação brasileira diversas teorias pedagógicas que objetivaram a mudança de paradigma permitindo que a educação proporcionasse o crescimento do povo e não apenas a reprodução da ideologia burguesa. (Claudino & Lima Filho, 2010). A escola, que tradicionalmente forma os cidadãos para o trabalho (como é possível constatar na legislação brasileira), ainda não é uma realidade acessível a todos, embora continue sendo a porta de entrada para um emprego. Especialmente na conjuntura atual, na qual cada vez mais é exigido do trabalhador níveis maiores de escolaridade. Assim, é fundamental repensarmos o papel da escola e como ela tem tratado do seu papel fundamental: “a preparação para o trabalho, que resulta na obtenção de cidadania e de vida com mais dignidade” (Claudino & Lima Filho, 2010, p.13)

Arruda (2010) entra nesta discussão apresentando a proposta de Juan Carlos Tedesco (1998), ex-diretor da Oficina Internacional de Educação da UNESCO. Ele defende a idéia de que a educação precisa ser mais generalista capacitando o indivíduo à adaptar seu conhecimento às novas demandas produtivas. Detentor de uma visão mais sistêmica, o indivíduo será capaz de, a partir da sua trajetória escolar e profissional (quando já a possuir), negociar sua inserção no mercado de trabalho. A atualização das suas potencialidades passará inevitavelmente pela educação/formação ao longo da vida.

De certa forma, esta postura de Tedesco corrobora a idéia de que o desemprego é devido a incapacidade do indivíduo em se adequar às inovações. E, ao propor um certo esvaziamento do curriculum escolar, poderia levar-nos a uma outra dicotomia entre os indivíduos que receberam uma formação sólida e aqueles que não a receberam. (Arruda, 2010)

5 A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

6 Ensino Secundário

7 Esse artigo trata das finalidades do Ensino Médio: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

8 § 2º. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Numa ótica de integração, para Tedesco (1998) cabe à escola assumir um papel que outrora fora da responsabilidade atribuída ao estado, as famílias e igreja: o de formar para a cidadania, levando em conta as diversidades culturais e étnicas, incultando o respeito às diferenças, o exercício da democracia e o uso da liberdade com responsabilidade. Ele acredita que as inovações tecnológicas estariam a influenciar uma nova configuração social, a partir do uso intensivo do conhecimento na produção.

Arruda (2010) finaliza esta discussão afirmando que “não cabe à escola ensinar profissões, mas capacitar o aluno à aprendizagem ao longo da vida e despertar nele ‘valores’ de pertença, comunidade e responsabilidade. A escola pode até habilitar para o trabalho, mas sua principal tarefa parecer ser preparar para a vida e para o desenvolvimento pessoal e social (Monteiro & Gonçalves, 2011). Uma vida que tem como horizonte as vicissitudes do mercado e a insegurança quanto ao futuro, já que se retira do horizonte dos atores sociais a perspectiva de uma trajetória profissional linear e ascendente, colocando em causa o trabalho seguro” (Arruda, 2010, p.15), originando um efeito de desregulamentação, desnortativização e ‘flexibilização’ das relações laborais que acentua sentimentos de incerteza, insegurança e incontrolabilidade.

Como re-significar o trabalho e como orientar em tempos de incerteza?

Finalmente, o que é o trabalho? Que Representações temos atualmente sobre ele?

Quando falamos em trabalho pensamos automaticamente no trabalho assalariado, uma vez que “o salário reconhece e remunera o ‘trabalho em geral’, isto é, atividades potencialmente úteis para todos” (Castel, 1998, p.581). No entanto, diante de tantas mudanças na forma de produção, devemos lembrar que existem muitas atividades informais e o trabalho doméstico, por exemplo, que por muitos não é visto como ‘trabalho’ exatamente por não ser remunerado (Claudino e Lima Filho, 2010).

Esta concepção de trabalho ligado à remuneração predomina nas nossas representações. Claudino e Lima Filho (2010) tentaram perceber desde quando estabelecemos essa relação e constataram que nas crianças do 2º. ao 4º. ano já é clara a noção de trabalho como uma “relação entre patrão e empregado e o entendimento que se trabalha em troca de alguma coisa, no caso, o dinheiro”. Uma vez que esta pesquisa foi realizada em um contexto socioeconômico baixo, foi possível perceber a associação do trabalho com as atividades ligadas ao comércio e a prestação de serviços. O trabalho manual ou braçal⁹ predominam no seu imaginário por serem essas atividades as mais usuais nos seus contextos de vida.

9 Tipo de trabalho que envolve a força física, como pedreiro, pintor, lixeiro, entre outros.

Estes dados vêm de encontro a uma afirmação de Soares (2002) quando este nos chama a atenção para o fato de a educação não conceder oportunidades ilimitadas de acesso ao trabalho uma vez que “as possibilidades de escolha estão totalmente determinadas por este mesmo capitalismo, pela condição de classe social a qual pertencemos que nos transmite uma série de expectativas de padrões de comportamento e consumo”. Na prática, alguns jovens tem um leque de opções amplo enquanto outros buscam no trabalho apenas uma forma de garantir o seu sustento¹⁰ (e de suas famílias).

As mudanças explicitadas ao longo deste texto levam-nos a refletir sobre a maneira como elas, aliadas a crise econômica, contribuem para as dificuldades acrescidas de uma escolha e/ou investimento profissional dos adolescentes, e perceber que provavelmente influenciam as representações que eles constroem a cerca do trabalho. Certamente algumas perguntas povoam a cabeça dos mais jovens como: Invisto no ensino o secundário profissionalizante ou regular? Qual será o que me garante, à partida, melhores condições para entrar num mundo de trabalho marcado pela incerteza, pela insegurança e pela flexibilização? Se optar pelo ES profissionalizante, ao concluir poderei aceder ao mundo do trabalho? Se enveredar pelo ES regular vou conseguir ingressar em uma Universidade Pública? Que curso escolher para garantir a a transição imediata de entrada no mundo do trabalho em mudança? Serão os significados mais intrínsecos do trabalho que predominarão no meu futuro desempenho profissional, tal como a realização pessoal, ou serão os mais extrínsecos e instrumentais, tal como a garantia de satisfação das necessidades básicas da minha família? Será que hoje em dia é possível ter um trabalho que dê prazer? Essas reflexões que aqui levantamos e tantas outras são alvo de nossa pesquisa empírica que está em desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2ed. SP: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Univ. Estadual de Campinas.
- Arruda, M. da C. C. (2010). *A Relação Trabalho Educação no cenário contemporâneo*. Anais do VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>
- Bardagi, M., Lassance, M. C. P., Paradiso, A. C., & Menezes, I. A. (2006). Escolha Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho: Percepções de Estudantes Formados. Satisfação Profissional de formandos. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*. Vol. 10, n.1. jan/jun, 69-82.

10 Em uma pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha (2008), com 1541 jovens brasileiros, indicou que trabalho (97%) e estudo (96%) são os valores mais importantes.

- Barreto, M. A. & Aiello-Vaisberg, T (2007). Escolha profissional e dramática do viver adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 107-114.
- Bourdieu, P., & Passeron, J-C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Editorial Vega, Lisboa, trad. C. Perdigão Gomes da Silva. (sem data).
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>
- Castells, M. (1999). A sociedade em rede (A era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra.
- Castel, R. (1998). As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Claudino, J. C., & Lima Filho, D. L. (2010). Da Relação entre o Homem, o Trabalho, a Escola e Vice-Versa. Anais do VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>
- Cruz, D.(2010). Mudanças no Mundo do Trabalho e Implicações para a Educação. Anais do VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>
- Datafolha (2008). Opinião Pública. Jovens Brasileiros. Acesso em 07/04/2011. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=700
- Diogo, M. F., & Coutinho, M. C. (2006). A Dialética da Inclusão/Exclusão e o Trabalho Feminino. *Interações*, Vol. XI, n.o 21, p. 121-142, jan/jun.
- Ferreti, C. J. (1997). Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. *Revista Educação & Sociedade*, n.59, agosto.
- Gonçalves, C. M. (2008). *Pais aflitos, filhos com futuro incerto? Um estudo sobre a influência das famílias na orientação dos filhos*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Gomes, C. A., Capanema, C. F., Câmara, J. S., & Cabanelas, L. C. (2006). Educação e trabalho: representações de professores e alunos do ensino médio. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 11-26, jan./mar.
- Graf, L. P., & Diogo, M. F. (2009). Projeções Juvenis: Visões ocupacionais e marcas de gênero. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(1), pp. 71-82
- Heloani, J. R., & Capitão, C. G. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, v.17, n.2, p 102-108.
- Lassance, M.C., & Sparta, M. (2003). A Orientação Profissional e as Transformações no Mundo do Trabalho. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4 (1/2), p.13-19, 2003.

- Marx, K. (1996). O Capital – Crítica da Economia Política. Vol I. São Paulo: Nova Cultural (versão digital).
- Magalhães, B., & Silva, G. (2010). Capitalismo, Trabalho, Gênero e Educação. Anais do VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>
- Manfredi, S. M. (2000). *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez. In Graf, L. P., & Diogo, M. F. (2009). Projeções Juvenis: Visões ocupacionais e marcas de gênero. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(1), pp. 71-82
- Mattos, F. (2003). Fim dos empregos? Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis/SC. Cd/rom. Diogo, M. F., & Coutinho, M. C. (2006). A Dialética da Inclusão/Exclusão e o Trabalho Feminino. *Interações*, Vol. XI, n.o 21, p. 121-142, jan/jun.
- Méda, D. (1999). O Trabalho um valor em extinção. Lisboa: Fim de Século.
- Mészáros, István. (2002). Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo.
- Monteiro, A., & Gonçalves, C. M. (2011). Desenvolvimento vocacional no ensino superior: satisfação com a formação e desempenho académico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Vol 12, nº1, 15-27.
- Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). Criação de conhecimento na Empresa: como as Empresas japonesas Geram a Dinâmica da Inovação. Rio de Janeiro: Campus.
- Reich, Robert B. (1994). O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21. São Paulo: Educador.
- Ribeiro, C. V. dos S., & Léda, D. B. (2004). O Significado do Trabalho em Tempos de Reestruturação Produtiva. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, Ano 4, N. 2, 2º semestre.
- Tedesco, Juan Carlo. (1998). O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática.
- Toni, M. (2003). Visões sobre o trabalho em transformação. Dossiê. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, no. 9, jan/jun, p.246-286.
- Soares, D. H. P. (2002). A escolha profissional: do jovem ao adulto. São Paulo. Sp: Summus.
- Vaz, A, S (2011). *Em vez de “história de Adão e Eva”: o sentido último da vida projectado nas origens*. Marco de Canaveses: Edições Carmelo.